

O Brasil dos privilégios não consegue transformar potencial em crescimento



» LUCIANO NAKABASHI
Doutor em economia
e professor associado
da Fearp/USP

A perda de posição do Brasil no ranking de renda per capita desde o início dos anos 1980 resulta de uma combinação de fatores: atraso educacional, baixa integração internacional, instabilidade macroeconômica, pouco investimento em infraestrutura, desigualdade de oportunidades e ambiente de negócios complexo.

A educação é um dos pontos centrais. No início dos anos 1980, a escolaridade média do brasileiro era baixa mesmo em comparação com parte da América Latina. O Brasil demorou a universalizar o ensino e ainda enfrenta problemas de qualidade. Além disso, a formação das crianças depende não só da escola, mas também do ambiente familiar e social. Crianças de famílias pobres, com menor acesso à saúde, à segurança, a apoio psicológico e a estímulos, começam a vida em desvantagem. Por isso, a agenda educacional deve incluir apoio às famílias vulneráveis e políticas que ampliem capital humano e emocional.

Outro fator foi o modelo de industrialização voltado ao mercado interno e baseado na substituição de importações. A baixa integração internacional e a proteção excessiva reduziram os incentivos à eficiência, inovação e competitividade. Esse modelo também foi financiado por

capital externo. Quando a liquidez internacional diminuiu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, a vulnerabilidade brasileira ficou evidente, culminando na crise da dívida e na chamada década perdida.

No centro desses problemas, está a produtividade. Um país eleva sua renda per capita de forma sustentável quando consegue produzir mais e melhor com os recursos disponíveis. No Brasil, a baixa qualificação da mão de obra, a limitada abertura comercial, a indústria pouco competitiva, a infraestrutura deficiente e o ambiente de negócios complexo restringiram esse avanço.

A burocracia, a complexidade tributária, a instabilidade das regras e os altos custos administrativos também desestimulam investimentos. O problema da tributação não é apenas a carga elevada, mas a complexidade do sistema, que consome tempo, gera litígios e cria distorções. Economias que tiveram grandes avanços de renda utilizaram comércio exterior, competição e cadeias globais de produção como instrumentos de aprendizado, especialização e incorporação tecnológica. O Brasil permaneceu relativamente fechado e menos exposto à concorrência internacional.

Outro obstáculo é o baixo investimento. A reduzida poupança doméstica, a incerteza fiscal e os juros elevados dificultam a formação de capital. O governo também tem pouco espaço para investir em infraestrutura devido ao peso das despesas obrigatórias. Gargalos em transporte, energia, portos e ferrovias aumentam custos e reduzem a competitividade.

A questão fiscal está diretamente ligada ao crescimento. O aumento das despesas públicas,

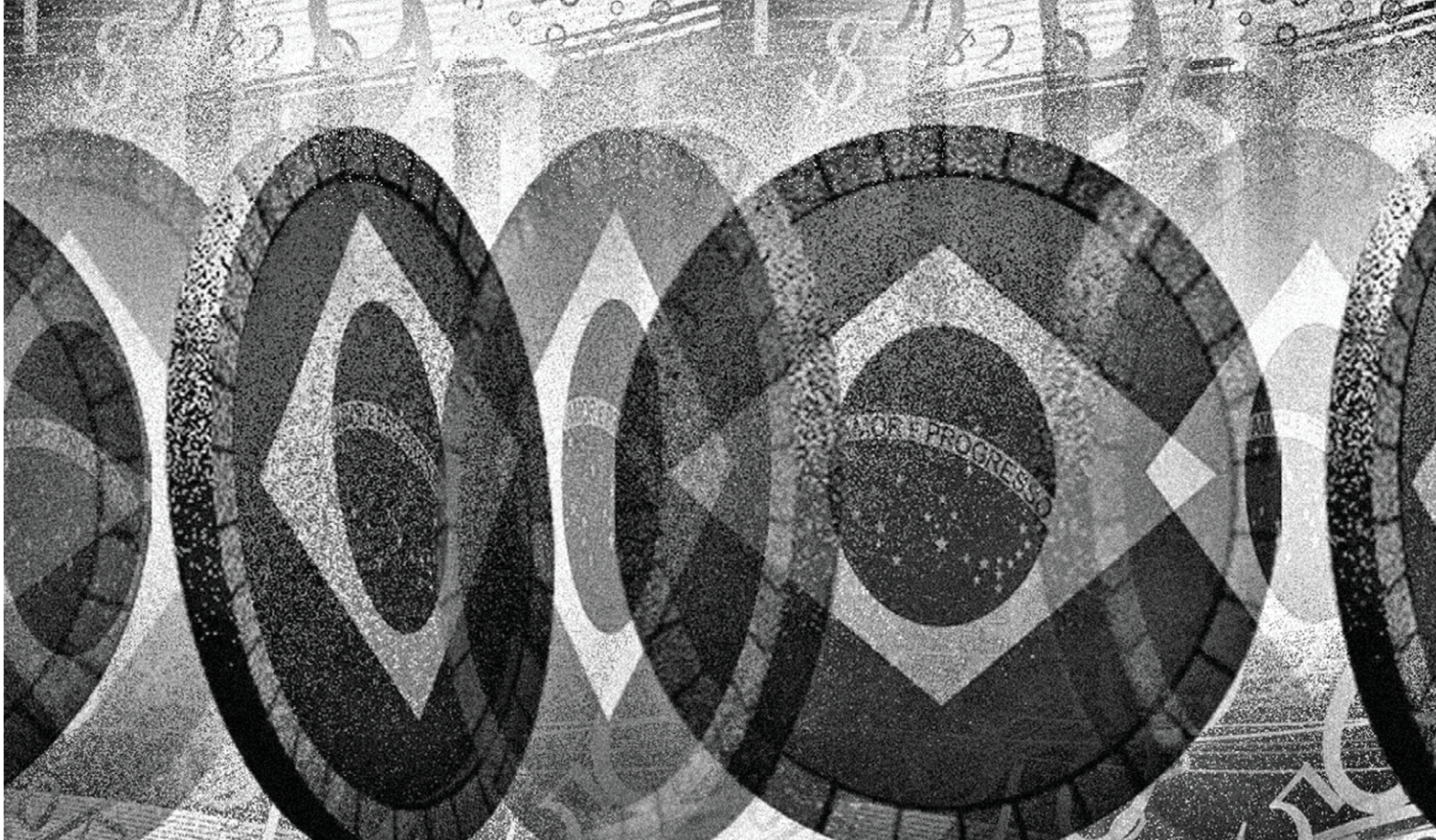
inclusive previdenciárias diante do envelhecimento populacional, pressiona a dívida e a tributação. Quando o setor público absorve parcela elevada da poupança disponível, reduz-se o espaço para o investimento privado e aumentam os juros de médio prazo.

Há ainda uma dimensão distributiva e institucional. O Brasil convive com grandes desigualdades de renda, oportunidades e poder político. Grupos organizados conseguem preservar benefícios, subsídios, proteções e regras favoráveis, enquanto grande parte da população arca com os custos de um Estado caro e pouco eficiente. Essa estrutura de privilégios distorce incentivos, reduz a concorrência e dificulta reformas.

A reforma tributária representa avanço na simplificação, desde que sua implementação não seja esvaziada por novas exceções. Também é necessário fortalecer a sustentabilidade das contas públicas e enfrentar os desafios previdenciários decorrentes da mudança demográfica. Melhorar a eficiência do Estado e combater a corrupção são essenciais, pois a corrupção reduz a confiança nas instituições, distorce regras e prejudica a economia.

O atraso brasileiro não decorre da falta de potencial, mas de escolhas, instituições e prioridades que limitaram o crescimento da produtividade. O foco das políticas públicas deve estar nas pessoas, na igualdade de oportunidades, na educação de qualidade, na integração internacional, na melhoria do ambiente de negócios e na ampliação dos investimentos em infraestrutura. O país precisa reduzir privilégios e criar condições para que todos, sobretudo as famílias vulneráveis, possam desenvolver suas capacidades.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



A Assembleia Geral da ONU em tempos de deriva do sistema internacional



» NASSER ZAKR
Advogado especializado em
direito internacional e direitos
humanos, com carreira na
ONU e atuação em missões de
paz e mediação diplomática

O Debate Geral da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) tornou-se mais do que um encontro diplomático anual. Em períodos de estabilidade, funciona como espaço de coordenação e reafirmação de compromissos coletivos. Em tempos de fragmentação, converte-se em um termômetro do estado do multilateralismo.

A arquitetura institucional construída na pós-guerra enfrenta pressões sem precedentes. Conflitos que as instituições existentes não conseguiram conter, normas cuja autoridade vem sendo contestada e a crescente substituição de mecanismos coletivos por coalizões circunstanciais e arranjos paralelos moldarão o ambiente do Debate Geral de 2026.

Embora suas resoluções não tenham caráter vinculante, a Assembleia Geral exerce uma função política singular. Sua relevância decorre da capacidade de reunir todos os Estados, registrar divergências e manter um espaço universal de diálogo justamente quando o consenso se torna mais difícil.

Esse papel não é novo. Em diferentes momentos de paralisia do Conselho de Segurança, a Assembleia assumiu funções complementares de coordenação política — responsabilidade que volta a ganhar relevância diante dos impasses atuais.

O Debate Geral ocorrerá em um contexto particularmente sensível. O conflito no Oriente Médio permanece sem perspectiva concreta de solução negociada, enquanto a aplicação desigual dos mecanismos de responsabilização internacional continua a suscitar questionamentos sobre a coerência do sistema. Quando normas são percebidas como aplicadas de forma seletiva, a autoridade das instituições se enfraquece e aumenta o incentivo para que Estados busquem soluções fora dos canais tradicionais.

A erosão da cooperação internacional, contudo, vai além da segurança coletiva. Ela alcança o comércio, a tecnologia, o clima e a disciplina econômica global. O que está em curso não é apenas uma sucessão de crises, mas uma reconfiguração das estruturas multilaterais. Estados que antes buscavam soluções em marcos comuns passam a privilegiar acordos bilaterais, coalizões ad hoc e mecanismos alternativos.

O resultado é a redução da previsibilidade normativa e o enfraquecimento da confiança nas regras compartilhadas. Um sistema baseado exclusivamente na correlação de forças tende a ampliar assimetrias e a reduzir a margem de atuação dos Estados menos poderosos, que dependem precisamente da força das normas — e não da força bruta — para defender seus interesses.

Essa transformação produz efeitos que ultrapassam as crises imediatas. À medida que regras comuns deixam de ser percebidas como referências confiáveis, cresce a incerteza nas relações internacionais e diminui a capacidade das instituições de prevenir e administrar conflitos. A reconstrução dessa confiança dependerá de normas aplicadas de forma previsível e imparcial.

Nesse cenário, a Assembleia Geral enfrenta um dilema. Pode transformar-se em uma arena

de declarações sem consequências práticas ou reafirmar-se como um dos poucos foros universais capazes de manter o diálogo político entre Estados com interesses profundamente divergentes. A escolha dependerá, em última análise, da disposição dos próprios Estados em investir no multilateralismo não apenas como formalidade diplomática, mas como instrumento efetivo de gestão de crises.

Para potências médias e países em desenvolvimento, essa questão possui importância estratégica. Sustentar as instituições multilaterais significa garantir um ambiente em que o direito e a negociação continuem a funcionar como meios concretos de influência — realidade especialmente relevante para Estados que não dispõem de poder militar ou econômico suficiente para impor unilateralmente suas posições.

Para o Brasil, cuja tradição diplomática privilegia o direito internacional e a solução pacífica de controvérsias, fortalecer a Assembleia Geral significa assegurar um espaço em que a influência decorra da capacidade de construir consensos — e não apenas da força material. Essa opção é coerente com uma diplomacia que historicamente encontrou no direito internacional um dos pilares de sua projeção e de sua credibilidade externa.

A Assembleia Geral talvez não consiga, sozinha, alterar os rumos da política internacional. Permanece, contudo, como uma das poucas instâncias em que o diálogo continua possível quando o consenso parece inalcançável. Mantê-la forte significa preservar a possibilidade de que o direito continue a moderar o uso da força e de que a diplomacia permaneça como meio legítimo de solução de controvérsias. Cedant arma togae — que as armas cedam à toga.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A imprensa internacional lê a crise do Banco Master e o cerco ao STF

Há um ponto em que a imprensa internacional que acompanha o Brasil parece unânime: o que começou, em novembro de 2025, como a liquidação de um banco médio de varejo de crédito consignado e CDBs com juros acima do mercado deixou de ser, há meses, uma história sobre finanças. Tornou-se, nas palavras recorrentes de correspondentes e editorialistas estrangeiros, um teste de estresse sobre as instituições que sustentaram a democracia brasileira desde a tentativa de golpe de 2022, a começar pelo próprio Supremo Tribunal Federal (STF).

A *Operação Compliance Zero*, deflagrada pela Polícia Federal (PF) no mesmo dia em que o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, é tratada por agências e jornais como *Reuters*, *Bloomberg* e *Financial Times* como o ponto de partida daquilo que boa parte da cobertura descreve como o maior escândalo de fraude bancária da história do país e o mais significativo escândalo de corrupção desde a Operação Lava-Jato.

Às vésperas das eleições

A *Bloomberg*, em reportagem assinada por Rachel Garski, Mathews Piovesana, Martha Beck e Andrew Rosati, reconstitui a trajetória do banqueiro Daniel Vercaro e descreve como o chamado “caso Master” devolveu a corrupção ao topo das preocupações do eleitorado brasileiro às vésperas da eleição presidencial de outubro de 2026. A agência nota que o desfecho do escândalo, hoje estimado por analistas em cerca de US\$ 10 bilhões em rombo e ressarcimentos, deverá pesar diretamente sobre quem vier a governar a maior economia da América Latina. Escritórios internacionais de advocacia que assessoram investidores, como *Covington & Burling* e *Seftoe*, chegaram a conclusões semelhantes em notas técnicas voltadas a clientes estrangeiros: tratam o caso como um evento de risco institucional que alterou o desenho da corrida eleitoral, ao mesmo tempo em que fragiliza a reputação regulatória do Banco Central e cria, segundo a *Seftoe*, “um novo patamar de risco institucional” para quem investe no país.

Redes de relações

O fio que essas análises seguem é o mesmo: a fraude bancária não ficou circunscrita ao sistema financeiro. Investigações da PF, a partir de dados extraídos dos celulares de Vercaro, passaram a expor uma rede de relações entre o banqueiro e autoridades públicas, parlamentares, ex-presidentes, reguladores e, no centro da crise mais recente, ministros do próprio STF. A revista britânica *The Economist* resumiu o cerne do problema em um editorial cuja manchete — Quando os defensores da democracia viram as costas para ela — foi amplamente replicada pela imprensa brasileira: os mesmos juizes que, segundo a publicação, protegeram o Brasil do golpismo em 2022 e 2023 aparecem agora sob suspeita de terem se beneficiado, por vias indiretas, do dinheiro do banco que colapsou.

Envolvimento de autoridades

O episódio mais citado pela imprensa estrangeira é o confronto aberto entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça. O *Financial Times* descreve como o levantamento do sigilo do relatório da PF, determinado por Mendonça, relator do caso no Supremo, trouxe à tona registros de ao menos seis encontros entre Moraes e Vercaro entre 2024 e 2025, além de um contrato de R\$ 129 milhões entre o Master e o escritório de advocacia da esposa do ministro, Viviane Barci de Moraes. Segundo o jornal britânico, Moraes reagiu acusando Mendonça de abuso de poder e de tomar decisões motivadas por cálculo político; a publicação nota que Mendonça foi indicado à Corte por Bolsonaro, o que adiciona uma camada partidária à disputa entre os dois magistrados. Para o cientista político Leandro Consentino, ouvido pelo FT, trata-se de “uma crise institucional com potencial para pesar na decisão do eleitor”. Avaliação que resume o tom com que a imprensa internacional passou a tratar o STF: não mais como árbitro acima da disputa, mas como parte interessada nela.

Erosão da confiança

O retrato que emerge dessa cobertura, lida em conjunto, não é o de um golpe de Estado em curso, tampouco o de uma crise passageira de índole puramente financeira. É o de uma erosão de confiança que atinge simultaneamente três pilares: o sistema bancário, o Congresso e o Judiciário, no momento mais sensível do calendário político brasileiro.

Para a imprensa internacional, esse é talvez o dado mais preocupante: um tribunal que se acostumou, nos últimos anos, a atuar como guardião de última instância da estabilidade democrática brasileira agora precisa provar, sob os olhos do mundo, que consegue investigar a si mesmo sem se fragmentar e sem que o processo seja lido, pelos eleitores, como mais uma etapa da disputa partidária.

A frase que foi pronunciada

"Até a máfia tem ética.

É preciso ter decência"

Ministro Gilmar Mendes, durante sessão extraordinário no STF nesta terça-feira

História de Brasília

O sr. Sebastião de Almeida Prado Sampaio, presidente da Associação Médica Brasileira, escreveu ao dr. Fábio Rabelo; e, sobre o Plano Hospitalar, disse isto: “Esse plano representa a solução para o problema médico em nosso meio, realizando a comunidade de serviços, baseado no município.” (Publicada em 26/5/1962)